



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete

De Sua Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Rua Marcelino Lima

9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/325/2022	03/02/2022	SE/2022/201	08/03/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 287/XII – PS - PS preocupado com a proteção dos recursos marinhos da Região

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Mário Tomé e José Ávila, do grupo parlamentar do PS, sem prescindir quanto ao teor do preâmbulo, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de informar o seguinte:

1. Em anexo, segue o Plano de Atividades da Inspeção Regional das Pescas (IRP) para o ano de 2021 (Anexo I).

2.

Ano	Critério	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agost.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2020	Nº Missões	46	49	47	62	53	30	51	48	40	45	59	34	564
	Nº Alvos Fiscalizados	99	125	114	83	168	101	163	193	99	127	165	72	1509
2021	Nº Missões	39	52	62	58	55	71	67	38	38	49	55	36	620
	Nº Alvos Fiscalizados	38	201	205	127	116	170	187	89	126	125	135	120	1639



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Missões Conjuntas - Entidades SIFCAP:

Ano 2020:

Critério	GNR	PM	Total
Nº Missões Conjuntas	20	14	34
Nº Alvos Fiscalizados	108	70	178

Ano 2021:

Critério	GNR	PM	Total
Nº Missões Conjuntas	21	14	35
Nº Alvos Fiscalizados	93	96	189

Importa assinalar que, para além dos constrangimentos gerais advindos da Pandemia COVID-19, há a considerar a ausência de inspetores, atendendo aos períodos de encerramento das escolas, com maior representatividade nos períodos de 08 a 29/01, de 22 a 26/03 e de 12/04 a 04/05/2021.

3.

Missões por ilha no âmbito da Pesca Lúdica, Profissional e Atividades Comerciais:

Ano	Atividade de Inspeção	Faial	Pico	Terceira	São Miguel	São Jorge	Graciosa	Flores	Santa Maria	Corvo	Total Missões
2020	Pesca Lúdica	11	19	13	13	8	2	6	4	2	78
	Pesca Profissional	58	53	75	142	11	4	8	7	1	359
	Comercialização de Pescado	4	10	14	56	2	2	2	3	1	94
	Sem alvo	26	66	24	13	0	1	2	0	0	132
2021	Pesca Lúdica	14	17	28	19	3	2	2	0	0	85
	Pesca Profissional	83	74	50	172	3	1	5	1	0	389
	Comercialização de Pescado	8	6	14	53	0	2	2	0	0	85
	Sem alvo	30	54	19	27	0	0	2	0	0	132



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Alvos fiscalizados por ilha no âmbito da Pesca Lúdica, Profissional e Atividades Comerciais:

Ano	Atividade de Inspeção	Faial	Pico	Terceira	São Miguel	São Jorge	Graciosa	Flores	Santa Maria	Corvo	Total Alvos Fiscalizados
2020	Pesca Lúdica	46	38	26	32	34	9	12	14	3	214
	Pesca Profissional	203	153	210	417	73	31	30	32	1	1150
	Comercialização de Pescado	6	14	21	85	4	4	4	6	1	145
2021	Pesca Lúdica	18	30	51	40	7	2	12	0	0	160
	Pesca Profissional	248	220	108	701	25	6	25	9	0	1342
	Comercialização de Pescado	9	7	18	94	0	3	6	0	0	137

4. Missões em Ilhas onde não existem núcleos inspetivos da Inspeção Regional das Pescas:

Ano	Critério	Santa Maria	São Jorge	Flores	Corvo	Total Missões
2020	N.º Missões	7	12	11	2	32
2021	N.º Missões	1	4	8	0	13

Conforme o já referido em 2., também aqui registamos que, para além dos constrangimentos gerais advindos da Pandemia COVID-19, há a considerar a ausência de inspetores atendendo aos períodos de encerramento das escolas, com maior representatividade nos períodos de 08 a 29/01, de 22 a 26/03 e de 12/04 a 04/05/2021.

Os mesmos constrangimentos fizeram-se sentir quanto a viagens e circulação inter-ilhas, situação que só foi possível normalizar com a retoma verificada no segundo semestre do ano. Para o efeito, foi solicitada à Polícia Marítima (PM) e à GNR maior colaboração no sentido de ser assegurado o reforço da frequência da fiscalização no âmbito das Pescas, que presentemente é feita ao mês, tendo em conta que nem todas as entidades conseguem proceder a registos de ações no Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP), por problemas da própria plataforma que, a breve trecho, se espera fiquem solucionados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

5. Em 2021, a Inspeção Regional das Pescas recebeu um plano inspetivo que fixou as seguintes metas:

- i) Inspeccionar pelo menos 40% das embarcações autorizadas a pescar ativamente “Atum-rabilho”;
- ii) Inspeccionar 50% do total de desembarques de “Atum-rabilho” realizados em portos designados;

6. No referido plano, foram cumpridas todas as metas, informando-se, adicionalmente, o seguinte:

- 1.º - Em 2021, foram capturados e desembarcados por embarcações registadas na RAA, 516 BFT;
- 2.º - Foram emitidos, em 2021, 433 BCD's de captura;
- 3.º - Em 2021, dos 516 BFT capturados, 274 BFT foram alvo de inspeção ao desembarque em 234 missões da IRP (53,10%);
- 4.º - Em 2021, das 38 embarcações autorizadas a efetuar a captura dirigida de BFT, de 01 de março a 30 de junho, 19 efetuaram este tipo de captura, tendo 14 destas embarcações sido sujeitas a inspeções por parte da IRP (73,6%);
- 5.º - A IRP, neste período (01/03/2021 a 30/06/2021), efetuou 43 inspeções às embarcações licenciadas para a captura dirigida de BFT;

7. Com referência ao ponto de situação dos projetos aprovados na anterior legislatura no âmbito do MAR2020, anexa-se o respetivo relatório a 31.11.2021(ANEXO II).

No que concerne às câmaras e radares, informa-se que decorre o estudo para efeitos da sua instalação em novas localizações, tendo em consideração o projeto nacional do VTS (Serviço de Tráfego de Navios) e a interligação e complementaridade dos referidos equipamentos com este sistema de monitorização, de modo a evitar sobreposições.

8. Não descurando a fiscalização que é feita pela Marinha nas zonas protegidas em causa, importa precisar o seguinte:

A vigilância do banco Condor é efetuada através de radar e de câmara de vigilância de apoio, em vigilância diária, e de missões conjuntas entre a Inspeção Regional das Pescas e a P.M. A Polícia Marítima que, a pedido da IRP, se desloca ao local sempre que há notícia de possível infração.

A vigilância da zona de reserva dos ilhéus das Formigas é feita com recurso às 2 câmaras de vigilância ali instaladas, em vigilância diária, e através de missões conjuntas da IRP e PM, sendo que esta última, a pedido da IRP, desloca-se ao local sempre que há notícia de possível infração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Por último, cumpre informar que o radar e as câmaras instaladas estão operacionais e em utilização.

Com os melhores cumprimentos,



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

ANEXO I

INSPEÇÃO REGIONAL DAS PESCAS



Plano de Atividades

2021





Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Índice

Introdução	4
Caracterização do Setor.....	5
Caracterização do Serviço	6
Missão e Atribuições	6
Recursos.....	8
Objetivos e Atividades Previstas.....	12
Anexo I. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2021	21



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Controlo de Versões

Versão 1 - janeiro de 2021.

N.º Versão	Data	Alteração
2		
3		



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Introdução

Em cumprimento da alínea k) do n.º 2, do artigo 33.º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro - Orgânica da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, este plano de atividades pretende servir como instrumento de planeamento de projetos, ações e rotinas a desenvolver pela Inspeção Regional das Pescas neste ciclo de gestão anual.

Com a formação do XIII Governo Regional dos Açores, deu-se início a um novo ciclo de gestão da para a administração pública regional, no âmbito do qual ocorreu a nomeação da atual Inspetora Regional das Pescas, em 24 dezembro de 2020, tendo início de funções a 4 de janeiro de 2021.

A referida nomeação ocorreu durante um período conturbado, de múltiplos constrangimentos devido à pandemia de COVID-19. Estes constrangimentos traduzem-se em diversos condicionamentos, nomeadamente, ao nível de deslocações nas missões inspetivas.

Atente-se que o início de funções ocorreu com um cenário pouco abonatório. Quanto à tramitação do processo contraordenacional, verificou-se um enorme volume de processos por decidir, e um elevado número de processos prescritos, que carece de ser apurado. Adicionalmente, a falta de passagem de pasta pelo anterior Inspetor Regional das Pescas, impediu a consulta de inúmeras informações, nomeadamente, dados relativos a missões conjuntas com outras entidades, e articulações com a DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos). E, também não foram concedidos acessos a determinados programas de controlo e vigilância, como é caso do SIFICAP, dos eBCD (Eletronic Bluefin Tuna Catch Document Programme), às Câmaras de Vigilância e Radares, ao Geo@çores. O que ainda aguardo.

Como é de fácil de dedução, atentos à atividade inspetiva e à sua complexidade, e na área em que esta se desenvolve, esta falta de elementos na transição da pasta foi prejudicial ao bom e adequado funcionamento do serviço, assim como é lesivo do princípio do interesse público inerente ao mesmo, não atingindo apenas a IRP em si, mas o Governo Regional dos Açores, não descurando os próprios trabalhadores.

O presente documento foi realizado sem considerar o QUAR da Secretaria Regional do Mar e das Pescas.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Caracterização do Setor

A grande descontinuidade geográfica entre as 9 ilhas do arquipélago da Região Autónoma dos Açores resulta obrigatoriamente numa dispersão assinalável dos meios humanos e materiais necessários para garantir a existência de mecanismos de fiscalização e controlo eficazes e consentâneos com os objetivos que à IRP cabe cumprir.

Em termos de abrangência geográfica é competência da IRP efetuar a fiscalização e controlo de toda a subárea dos Açores da ZEE nacional, com uma extensão de 931.000 de km² e que representa cerca de 56% da ZEE portuguesa.

A frota pesqueira da Região Autónoma dos Açores é composta por 604 embarcações regionais de pesca licenciadas. É constituída maioritariamente por embarcações com comprimentos inferiores a dez metros, à data, representam cerca de 71% do total de embarcações.

Da análise da distribuição espacial da frota regional de pesca verifica-se que a ilha de São Miguel é aquela que apresenta o maior número de embarcações licenciadas representado cerca de 30% da totalidade da frota licenciada da Região Autónoma dos Açores.

A área de intervenção da IRP pode ser resumida do seguinte modo:

- 61 Portos e portinhos;
- 11 Lotas;
- 550 Embarcações de pesca profissional, às quais acrescem algumas dezenas de embarcações não regionais (Região Autónoma da Madeira, Continente português e Comunitárias);
- 2.500 Pescadores profissionais, incluindo apanhadores profissionais;
- 1.000 Embarcações de pesca lúdica, considerando o licenciamento anual médio;
- 3.000 Caçadores-submarinos, considerando o licenciamento anual médio.

Para além do universo anteriormente descrito, acrescentam-se alguns milhares de utilizadores lúdicos da costa que exercem a apanha e pesca de recursos costeiros, dos quais não existem registos oficiais.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Caracterização do Serviço

A Inspeção Regional das Pescas (IRP) é o serviço da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, ao qual incumbe, na Região Autónoma dos Açores, programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas.

Missão e Atribuições

O Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro regula a atuação da Inspeção Regional das Pescas dos Açores, e atribui-lhe a função de autoridade regional para o controlo e fiscalização da atividade da pesca, exercida na Região Autónoma dos Açores, com a missão de programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas. Nos termos do artigo 31.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro, compete à IRP:

- Contribuir para a formulação da política de fiscalização e controlo das atividades da pesca e controlo da qualidade dos produtos deste setor;
- Coordenar, programar e executar, por si ou em colaboração com outros organismos e instituições, ações de fiscalização, vigilância e controlo que assegurem o cumprimento dos normativos que enquadram o exercício da pesca, incluindo a movimentação e transação do respetivo pescado;
- Colaborar com as demais entidades com competência no controlo e acompanhamento da produção, qualidade e colocação no mercado dos produtos da pesca;
- Prevenir e reprimir o incumprimento das normas regionais, nacionais, comunitárias e internacionais, proceder ao levantamento de autos, instruir e decidir os processos de contraordenação que, por lei, lhe são cometidos;
- Coordenar com a autoridade nacional de pesca a execução, nos Açores, da vigilância da pesca, no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP), e gerir e explorar o Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca (MONICAP), relativamente a embarcações registadas nos portos da Região e as que operem no Mar dos Açores;
- Propor à tutela os projetos de diploma com as medidas legislativas e regulamentares necessárias e adequadas ao eficaz controlo da pesca;
- Efetuar estudos e elaborar pareceres relativos às matérias da sua competência;
- Divulgar a legislação e demais normativos reguladores das atividades da pesca, da movimentação e transação do pescado e das normas aplicáveis à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca, junto das organizações de



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

produtores, associações de armadores ou pescadores, associações empresariais, sindicatos, agentes económicos e público em geral, bem como elaborar e difundir as orientações necessárias à prevenção das infrações;

- Prosseguir, enquanto autoridade regional de fiscalização da pesca, as competências de fiscalização e controlo cometidas à autoridade nacional da pesca cujo exercício legalmente esteja cometido à administração regional;
- Exercer ou executar as demais funções ou tarefas que lhe sejam cometidas por lei, superiormente determinadas ou atribuídas por entidades competentes.

A atividade da IRP não se esgota na fiscalização, inspeção e controlo de atividades piscatórias, fazendo parte das funções e serviços prestados por esta inspeção, entre outras, também:

- Validação de Certificados de Captura para pescado, Documento Estatísticos ICCAT para Atum Patudo e Certificados para Atum Rabilo (eBCD);
- Apoio à gestão das pescas, nomeadamente no apoio à análise e interpretação dos dados da pesca;
- Fomentar e colaborar em ações de formação na área das pescas em particular no âmbito da legislação nacional, regional e comunitária da pesca em vigor e aplicável na Região.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Recursos

Recursos Humanos

Para desenvolver as competências que lhe estão organicamente atribuídas, a IRP possui atualmente um quadro de pessoal composto pela Inspetora Regional (cargo de nomeação, em comissão de serviço por três anos), Chefe de Divisão da Divisão de Inspeção e Apoio Jurídico, 2 técnicos superiores juristas, 10 inspetores de pesca da carreira de inspetor superior, 2 inspetores de pescas da carreira de inspetor-adjunto (encontrando-se um a exercer funções de Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), uma Coordenadora técnica (lugar vago), e 5 Assistentes Técnicos (encontrando-se um em licença sem vencimento de longa duração), num total de 18 funcionários em exercício. Encontra-se ainda em funções 1 funcionário, assistente técnico, ao abrigo do Programa Estagiar T, com início de funções a 1 de outubro de 2020, e término a 30 de junho de 2021, com possibilidade de prorrogação por 9 meses, até 30 de março de 2022.

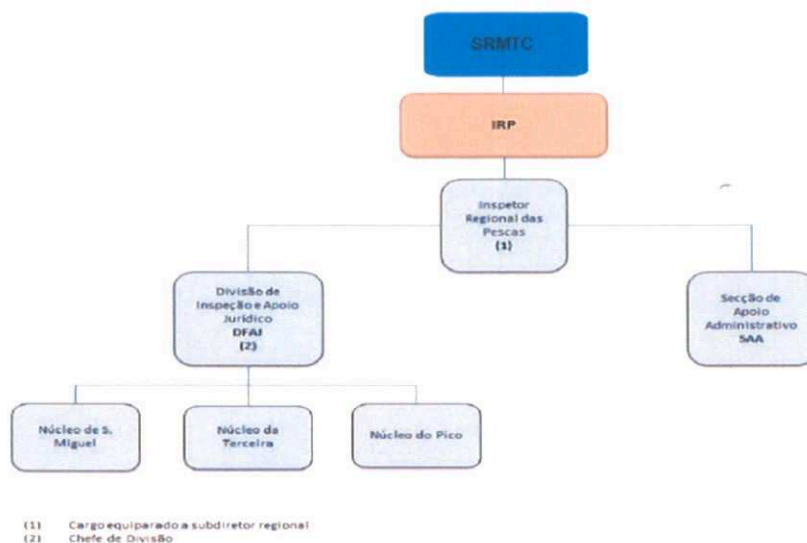
Em termos geográficos, e apesar de exercer a sua atividade em todas as ilhas do arquipélago, a IRP está sedeadada na ilha do Faial, possuindo núcleos inspetivos, nas ilhas do Pico, Terceira e São Miguel, distribuindo-se o pessoal afeto e em exercício a esta inspeção da seguinte forma:

Chefe de Divisão	1
Inspetores Superiores de Pesca	9
Inspetor-adjunto de Pesca	1
Técnico Superior (Jurista)	2
Assistentes Técnicos	4
Pessoal Programa Estagiar T	1
Total	18



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

A Inspeção Regional das Pescas apresenta o seguinte organograma:



Recursos Financeiros

Orçamento Estimado			Total
Funcionamento	Despesas c/ pessoal	784 591,00 €	799 989,00 €
	Aquisição de bens e serviços correntes	15 398,00 €	
Plano	Ação 1	170 000,00 €	281 120,00 €
	Ação 2	30 000,00 €	
	Ação 3	81 120,00 €	
			1 081 109,00 €

Ação 1 - Controlo e inspeção;

Ação 2 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Capacidade inspetiva, Formação e Sensibilização;

Ação 3 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Acompanhamento, Vigilância e Gestão Eletrónica.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Instalações

A IRP, dispões de serviços, com corpo inspetivo, nas seguintes moradas:

IRP - Sede (Faial)

Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã 9900-014 Horta

IRP - Núcleo Inspetivo do Pico

Edifício Matos Souto 9930-210 Piedade

IRP - Núcleo Inspetivo de São Miguel

Rua Eng.º Abel Ferin Coutinho, n.º 15 –3 1.º 9500-191 Ponta Delgada

IRP - Núcleo Inspetivo da Terceira

Edifício das Pescas Porto de São Mateus da Calheta 9700-555 Angra do Heroísmo



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Outros Recursos

No âmbito das suas competências, a IRP tem acesso a um conjunto de recursos que permitem potenciar a sua capacidade inspetiva. Não obstante a insuficiência de equipamentos, que se visa suprir, nomeadamente, através da aquisição de equipamentos, é de salientar que os atuais desenvolvimentos tecnológicos permitem que a implementação de medidas de controlo e monitorização seja auxiliada pela disponibilização e envio de informação em tempo quase real para as autoridades de gestão, controlo e fiscalização de pesca. O Geo@çores é outra das plataformas, que é utilizada para controlo da atividade inspetiva, nomeadamente registos de missão, relatórios de missão e abordagens.

Exemplo disso é o MONICAP (Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca), os Diários de Pesca Eletrónicos e a partilha de dados de frota, licenciamento e atividade inspetiva entre as diferentes entidades com competência na matéria. A IRP tem trabalhado no sentido de agilizar o acesso às fontes de informação e desenvolver as rotinas que permitam potenciar essa informação, nomeadamente, em conjunto com a Direção Regional das Pescas (DRP), a LOTAÇOR, S. A. (Serviços de Lotas dos Açores, S.A.), a cujo portal tem acesso, designadamente, em matéria de descargas e a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

O SIFICAP, Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 79/2001, de 5 de março, permite a participação da Região Autónoma dos Açores, através da IRP, enquanto entidade que suporta as ações de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca. Este sistema possibilita, através do recurso às tecnologias de informação, a maximização do aproveitamento dos recursos, em meios humanos e materiais, e das capacidades existentes nas diversas entidades participantes, mediante o estabelecimento de uma melhor interligação e de uma mais estreita colaboração entre as mesmas.

Na mesma senda, a Região Autónoma dos Açores iniciou, em 2016, a implementação de um sistema de videovigilância de áreas costeiras com restrições à atividade da pesca, que tem tido um efeito dissuasor significativo para eventuais utilizações não regulares daquelas áreas, tendo como objetivo uma fiscalização e monitorização mais eficaz, nomeadamente, na área do Banco do Condor e nas Formigas.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivos e Atividades Previstas

O Programa do XIII Governo Regional, prioriza a fiscalização das pescas, de modo a assegurar a sustentabilidade do sector. Neste sentido, enfatiza a consideração das crescentes evidências científicas que sinalizam, de forma preocupante, os efeitos da sobrepesca, a poluição marinha, e o impacto causado pelo aquecimento global.

Assim, relativamente à atividade do setor das pescas, o Governo fixou os seguintes objetivos:

- Realizar um estudo que identifique as principais dificuldades e desafios da fileira da pesca e conceba o conjunto de respostas que é necessário implementar para as superar e aproveitar, plenamente, o conjunto de potencialidades instaladas no sector ou que interessa instalar;
- Desenvolver mecanismos de regulação do sector que permitam obter uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados na fileira da pesca, aumentando, por essa via, o rendimento dos pescadores;
- Reestruturar o FUNDOPESCA, estabelecendo regras claras de atribuição de apoios;
- Apostar na certificação e formação dos nossos pescadores, não só nas artes de pesca, como também ao nível da sustentabilidade ambiental e da segurança da atividade marítima;
- Reforçar os meios projetados para a Escola do Mar, no sentido de permitir o cumprimento integral da sua missão no âmbito da formação e da qualificação de recursos humanos nas diversas profissões ligadas ao Mar;
- Implementar um sistema eficaz de transporte aéreo do pescado, que o faça chegar rapidamente aos mercados relevantes, a custos competitivos. Nesse sentido, para além da necessária articulação e potenciação dos recursos existentes, deve estudar-se a solução de um cargueiro aéreo;
- Implementar mecanismos de ativação do mercado interno no âmbito da comercialização e consumo local dos produtos provenientes da fileira de pesca açoriana;
- Desenvolver sistemas de rastreabilidade que possam efetivamente criar valor ao pescado dos Açores;
- Reestruturar o sistema de lotas, de forma a reforçar a qualidade do serviço prestado no âmbito do apoio à produção, distribuição e comercialização do pescado nos Açores;
- Criar uma plataforma virtual que integre tecnologia associada à venda online, para os produtos do mar, que permita amplificar e diversificar a escala da oferta no sentido de alcançar um conjunto mais diversificado de compradores;
- Criar uma estratégia de promoção do nosso pescado, incidindo, em especial, sobre espécies menos procuradas e de menor valor comercial, no sentido de as valorizar e, em simultâneo, evitar a concentração do nosso esforço no conjunto de espécies mais valorizadas e por isso objeto de sobrepesca;



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

- Diminuir a burocracia associada à pesca-turismo, para que a mesma se possa afirmar como uma fonte complementar de rendimento dos pescadores açorianos;
- Desenvolver uma estratégia mais eficaz no âmbito da promoção da aquicultura nos Açores, de forma a diminuir a pressão sobre os recursos pesqueiros e a integrar, plenamente, os Açores na dinâmica de um dos sectores que mais cresce a nível internacional;
- Elaborar um plano de recuperação do património histórico material e imaterial relacionado com as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito marítimo, no sentido de preservar o nosso marco identitário e potenciar a sua utilização turística;
- Proceder à simplificação normativa e contraordenacional na área das pescas;
- Desenvolver uma estratégia para o sector das conservas, no sentido da sua inovação e diversificação;
- Criar mecanismos, sustentados em estudos científicos rigorosos e isentos, que aumentem a eficácia no âmbito da conservação e do controlo dos stocks de espécies com interesse comercial;
- Reivindicar que a República cumpra a suas funções de soberania, no âmbito da defesa e fiscalização do mar dos Açores;
- Consolidar a atratividade da Escola do Mar dos Açores, como ativo determinante nos Clusters do Mar, conferindo-lhe estatuto internacional, na formação de ativos provenientes de diversas regiões e o consequente reconhecimento dos Açores como centro de formação nas profissões do Mar.

De forma a atingir os objetivos definidos, a implementação de estratégias e missões seguirá a linha de trabalho até agora desenvolvida pela IRP, que passa por tornar mais eficazes e eficientes as tarefas que à IRP incumbem, em particular todo o trabalho inspetivo de controlo e fiscalização da atividade da pesca, assim como de instrução e decisão dos PCOMPM (Processos de Contraordenação em Matéria de Pesca Marítima).

Estes objetivos foram designados tendo em conta as prioridades fixadas para o ano de 2021, podendo, por motivos de força maior, decorrentes de circunstâncias supervenientes, externas ou internas, ter que ser adaptados e alterados durante o ciclo de gestão a que se refere o presente documento.

Os Objetivos Estratégicos definidos, assim como os Objetivos Operacionais que concorrem para a sua concretização são os seguintes:

Objetivo Estratégico 1 - Melhorar o controlo e monitorização da pesca e das atividades conexas

A IRP baseia a sua atuação no previsto no Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2012/A, de 8 de outubro, tendo como função a aplicação dos normativos regionais, nacionais e comunitários em termos de inspeção, controlo, fiscalização e vigilância da pesca na Região.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Atentando à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, assim como ao já alvitado e impreterível crescimento do quadro de pessoal, para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, importa, particularmente, o reforço da fiscalização.

Objetivo Operacional 1 - Intensificar a Fiscalização

Importa garantir uma taxa de cobertura adequada das embarcações autorizadas a efetuar pesca, especialmente quando esta se dirija a espécies ICCAT, como é caso do atum-rabilho e do atum patudo.

Releva, também, e por recomendação da União Europeia, intensificar a fiscalização de embarcações que operam com arte de salto e vara. Deve também a fiscalização das embarcações com licença para mais do que uma arte de pesca ser intensificada, nomeadamente para as artes que não podem ser usadas em simultâneo, como o caso da arte por amadilha.

Propor à DGRM a atribuição de perfil de administrador no portal do ICCAT, no âmbito da validação dos eBCD, relativos à comercialização/rastreabilidade do "trading" do atum rabilho.

Na sequência da solicitação da indicação de números para ações de fiscalização no âmbito do Controlo e Inspeção aplicável à Campanha do Atum-Rabilho, para indicação à União Europeia, solicitou-se a disponibilização, após aprovação, do "Plano Anual de Controlo e Inspeção aplicável à Campanha da Pesca BFT 2021", o que só veio a ocorrer a 22 de janeiro, no qual fica a IRP incumbida de:

- a) Exercer a monitorização VMS contínua à atividade desenvolvida pelas embarcações autorizadas a pescar ativamente "Atum-rabilho" (cff > 12 metros);
- b) Inspeccionar pelo menos 40% das embarcações autorizadas a pescar ativamente "Atum-rabilho";
- c) Inspeccionar 50% do total de desembarques de "Atum-rabilho" realizados em portos designados;

Não obstante os esforços realizados e considerando a necessidade de dar continuidade e aprofundar o trabalho desenvolvido, continuarão a ser executadas medidas que têm como principal objetivo potenciar a capacidade de controlo em matérias como a "fuga à lota", tamanhos mínimos, excessos de capturas, épocas de defeso, captura de espécies proibidas, e a comercialização de pescado, que não cumprem as regras de gestão legalmente estabelecidas. Nesse sentido a IRP, em colaboração com outras entidades, nomeadamente, a Inspeção das Atividades Económicas (IRAE), pretende durante o ano de 2021, continuar a reforçar o controlo dos comerciantes de pesca da Região, incluindo os ambulantes, implementando missões inspetivas especialmente vocacionadas para estas áreas.

Estes esforços de fiscalização serão também assegurados através de propostas concretas de um maior controlo da fuga à lota, nomeadamente através da rastreabilidade de



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

produtos de pesca, com propostas também relacionadas com o registo dos vendedores ambulantes e identificação das viaturas de venda de pescado fresco.

Articulação com a Lotação, S.A. e com a DGRM, em utilização de ferramentas a fim de melhorar a rastreabilidade dos produtos da pesca, nomeadamente:

- a) Para que seja declarada a "Arte de Pesca", utilizada na captura de pescado, em conformidade com o Regulamento UE n.º 1379/2013, de 11 de dezembro, que se inicia na Lotação, S.A., e deverá ser mantido ao longo da cadeia de comercialização até ao consumidor final, evitando também a possibilidade de haver capturas com artes proibidas para aquela determinada espécie ou de embarcações não licenciadas para determinada arte de pesca;
- b) Informação do n.º de Lote na fatura, e a partir daquele n.º ter acesso ao conjunto de informação necessária ao cumprimento de todos os requisitos legais e informação sobre a origem do lote;
- c) Informação relativa ao n.º de exemplares de crustáceos na fatura, a fim de evitar a utilização do mesmo documento de aquisição para mais exemplares do que os transacionados em lota;
- d) Registo dos Vendedores Ambulantes, uma vez que o CAE da venda ambulante engloba uma quantidade enorme de atividades e não permite identificar o n.º exato de vendedores ambulantes da RAA, foi solicitando a contabilização e identificação dos compradores de pescado em Lota, que sejam vendedores ambulantes a fim de se fazer uma avaliação deste setor.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a certificação de entrada de produtos da pesca vindos de países terceiros

A IRP, enquanto entidade responsável pelo controlo e fiscalização de atividades de pesca nos açores, deve afirmar-se no processo de certificação de captura dos produtos de pesca provenientes de país terceiro, sem o qual não pode o pescado ser validado ou libertado.

Deverá este serviço inspetivo ter a capacidade de certificar a captura dos produtos de pesca provenientes de países terceiros, por forma a proceder-se à verificação nos termos do determinado no Regulamento CE n.º 1005/2008, de 29 de setembro. Este procedimento será sempre efetivado com a consonância da DGRM, na qualidade de Autoridade Nacional de Pescas.

No Âmbito do Regulamento CE n.º 1005/2008, de 29 de setembro (Pesca Ilegal, Não declarada e Não Regulamentada INN), todos os produtos da Pesca ao serem introduzidos na Comunidade necessitam de ser submetidos a um controlo documental relativos aos Certificados de Captura. Os Produtos da Pesca entram na Comunidade Europeia, através do Posto de Controlo Fronteiriço (PCF) de Ponta Delgada (este PCF efetua a inspeção relativa à conformidade da segurança alimentar, competência da Direção Regional de Agricultura, no entanto a fiscalização relativa à conformidade de captura deste pescado



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

cabe à IRP, efetuar e assim verificar se cumpre com os requisitos deste regulamento comunitário.

Sendo a IRP responsável por diligenciar no sentido de estabelecer um procedimento coordenado com a Autoridade Aduaneira e com o Posto de Controlo Fronteiriço, para que futuramente sejam apresentados a esta IRP, os certificados de captura para análise e verificação do cumprimento dos requisitos legais, para haver uma decisão relativa à Autorização de Importação.

Encetar a articulação com a Direção da Alfândega de Ponta Delgada e com a Direção Regional da Agricultura, da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a fim de criar um procedimento de entrada de Produtos da Pesca provenientes de Países Terceiros, onde todas estas entidades se articulem, unindo esforços no combate à Pesca Ilegal, não declarada e não regulamentada, que constitui uma das mais graves ameaças para a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e compromete o próprio fundamento da Política Comum das Pescas e dos esforços envidados a nível internacional para promover uma melhor governação dos oceanos.

Controlo este inexistente na IRP, apenas, à data, se verifica o conhecimento das entradas do pescado sem qualquer outra intervenção.

Assunto que já foi submetido à DGRM e que aguarda resposta.

Objetivo Operacional 3 - Implementação de câmaras de videovigilância

De modo a assegurar uma fiscalização, monitorização e dissuasão eficiente de atividades ilegais de pesca, tem vindo a ser desenvolvido um programa de instalação e radares espalhados pelos Açores, e a serem interligados e complementares ao Projeto VTS – Nacional. Assim, de modo a melhorar as condições de prevenção e repressão das infrações aos regimes vigentes em matéria de navegação e proteção do meio marinho, prevê-se uma reavaliação dos locais a instalar as câmaras, previstas inicialmente nas ilhas de São Miguel, Pico e Faial, que, em princípio, terão uma posição geográfica estratégica, nomeadamente, nas zonas de reserva/áreas protegidas, e nas áreas onde se verificam maior número de prática de contraordenações, e que apresentem dificuldades de fiscalização.

Reforçar a necessidade de alteração legislativa que permita que a recolha de imagens provenientes das Câmaras de Vigilância seja usada como prova da infração, e assegurara a sua validação pela Comissão Nacional da Proteção de Dados.

Objetivo Estratégico 2: Melhorar e colaborar na implementação das políticas de gestão da Pesca na Região

De modo a facilitar a ação inspetiva, deverá a IRP tomar as diligências adequadas por forma a impedir que as embarcações de pesca com licença para palangre tenham, dentro da embarcação, e na mesma maré, outra arte de pesca, através da sensibilização da Direção Regional das Pescas para alteração da regulamentação existente. Também se entende ser de submeter uma proposta de alteração às percentagens do Isco e da



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Caldeirada definidas para as embarcações que se dedicam à pesca do “Chicharro” (*Trachurus picturatus*).

Objetivo Operacional 4 - Potenciar a fiscalização em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, inspeção e fiscalização

Não descurando as dificuldades criadas pela Pandemia COVID-19, e todas as competências acopladas, a exercer e exercidas pelas entidades parceiras, durante o ano de 2021, a IRP continuará a reforçar a coordenação regional da fiscalização do Mar dos Açores com as entidades SIFICAP presentes na Região, nomeadamente a Marinha e a GNR, mantendo reuniões de coordenação com carácter regular tendo como principal objetivo programar, coordenar e executar a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas desenvolvidas na Região Autónoma dos Açores.

O planeamento de missões conjuntas a realizar pelas diferentes entidades SIFICAP presentes na Região, tem como objetivo potenciar sinergias e melhorar a capacidade de resposta em todas as matérias de fiscalização e inspeção da pesca, bem como uniformizar procedimentos de atuação, tornando dessa forma a missão de todas as entidades mais eficiente e eficaz.

A IRAE é outra entidade com a qual importa cooperar, especialmente no que à comercialização de pescado concerne.

De modo a cumprir os objetivos estabelecidos, nomeadamente, o de programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas, este serviço inspetivo continuará a desempenhar a sua missão no sentido de efetuar a melhoria contínua do controlo, inspeção e fiscalização das atividades de pesca e conexas, maximizando os meios humanos e financeiros à sua disposição, em estreita colaboração com as restantes entidades com competência na matéria.

Não é proposto um aumento neste aspeto, não só porque, com os constrangimentos causados pela pandemia de COVID-19, as deslocações, em princípio, sofrerão uma diminuição, mas também porque este serviço já realiza, por ano, um número elevado de ações inspetivas (mais de 500). E, o que importa também referir, há que ter em conta a escassez de recursos humanos que se verifica no âmbito inspetivo deste serviço, que resulta, obrigatoriamente, numa diminuição de ações, comparativamente a outros serviços inspetivos que possuam mais equipas.

Objetivo Estratégico 3 - Melhorar os Procedimentos de Inspeção

Sendo a área contraordenacional o corolário da atividade inspetiva da IRP bem como das autoridades policiais que cooperam na fiscalização das pescas, pelo volume processual, pela importância capital no respeito pelas regras da pesca sobretudo pela importância na gestão e preservação das espécies bem como do impacto ambiental, é premente a implementação de um sistema adequado de gestão de todo o procedimento



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

contraordenacional que vise, por um lado, a correta instrução do procedimento contraordenacional, e, por outro lado, que minimize a possibilidade de prescrição, assegurando, também, e desta forma, a boa cobrança das coimas aplicadas.

Objetivo Operacional 5 - Melhorar os Procedimentos de Instrução e Decisão de PCOMPM

Na sequência de uma análise breve da atividade da IRP, de imediato foi verificado que um volume significativo de procedimentos contraordenacionais que se encontrava por instruir e outros prescritos, o que só por si justifica uma sindicância a todos os processos de contraordenação instaurados na Inspeção Regional das Pescas, propondo-se, por questões de prioridade e de recursos humanos disponíveis, o período desde o ano de 2013 a 2020, que será apenas uma amostragem.

O que, só por si, exige um esforço extraordinário para redução da pendência, de modo a evitar o elevado número de prescrições verificadas e ainda não contabilizadas.

Notória falta de uma uniformização do procedimento contraordenacional, e de determinação de circuitos de tramitação dos processos, e adoção de procedimentos/etapas procedimentais desnecessárias (como por exemplo para o mesmo arguido, notificação do auto, depois notificação para apresentação de defesa escrita e só depois agendar a diligência de audição presencial).

Falta de controlo dos pagamentos das coimas decididas e incapacidade de cobrança das mesmas, não procedendo à sua execução. Pelo que se tem de caminhar para referências de pagamento, para facilitar o pagamento assim como a verificação do seu cumprimento.

Tendo como máxima que a ação inspetiva tem de ser aproximada da aplicação da contraordenação, em que culmina, em termos de tempo, por forma a inclusive a tornar as decisões eficazes e oportunas em termos de punição e de dissuasão. Pois, a distância entre a prática da infração e a punição não abona a favor do instituto da contraordenação nem da missão da IRP. Assim como, os processos prescritos e as coimas não cobradas geram um sentimento de impunidade no infrator e de descrédito da IRP, e das outras entidades com competências autuantes.

Neste sentido, a IRP desenvolverá os esforços necessários para reformular e simplificar a tramitação contraordenacional da Inspeção Regional das Pescas, de modo a assegurar uma maior eficácia dos procedimentos, propondo a instalação de um verdadeiro programa de gestão. Pretende-se um Manual da Tramitação do Procedimento Contraordenacional, uniformizador, inclusive a título de documentos, contendo minutas, e a implementação de um Programa Informático de Gestão que interligue a atividade inspetiva à contraordenacional, que permitirá um maior controlo e segurança a tramitação do procedimento contraordenacional.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivo Estratégico 4 - Otimizar e reforçar os recursos humanos, financeiros e equipamentos, para tornar o serviço mais eficiente e eficaz

Os recursos humanos são o ativo mais valioso de uma organização, sendo, por isso, fundamental criar as condições adequadas ao seu melhor desempenho.

Atentos à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, e para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, há que necessariamente reforçar o quadro de pessoal.

Relativamente aos recursos financeiros necessários tem havido sempre um esforço de adequar as verbas disponíveis aos objetivos traçados melhorando sempre os resultados obtidos, o que só se tem demonstrado possível através de uma utilização cada vez mais eficiente e eficaz das mesmas. Mostra-se urgente a aquisição de equipamentos eletrónicos.

Objetivo Operacional 6 - Reajustamento da Estrutura Orgânica

Pretende a IRP a reforçar o seu quadro de recursos humanos, designadamente, nas funções inspetivas, administrativas e jurídicas, importa realizar um reajustamento da estrutura orgânica, descentralizando as diversas competências da IRP, tendo por referência o binómio recursos/missão

afetar um jurista para a função exclusiva de gestão da atividade contraordenacional (pela especificidade da função que exige conhecimento jurídico) que faça a ponte entre autuante, instrutor e decisor, compreendida entre a receção de um auto de notícia, até à decisão e mesmo no pós decisão, acompanhando o pagamento integral, pagamento em prestações, necessidade de execução da coima e das custas através do Ministério Público e Autoridade Tributária (respetivamente), impugnação ou revogação da decisão e, por fim, a extinção do procedimento por arquivamento, execução ou não, por insuficiência económica do arguido.

Tendo em conta a complexidade do procedimento de gestão da atividade contraordenacional, pela especificidade da função, que exige conhecimento jurídico, a par da necessidade de acompanhamento permanente, por força dos prazos processuais e riscos de prescrição, é inconciliável o exercício de tal função com as amplas funções do chefe de divisão descritas na lei orgânica da Secretaria Regional do Mar e das Pescas (Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro) justificando uma futura alteração formal da orgânica da IRP. Todavia, como importa dinamizar de imediato a IRP e evitar desde logo a prescrição contraordenacional que se tem verificado nos últimos anos, entendemos ser urgente conveniência do serviço, a descentralização das competências supramencionadas, para que se possa assessorar a Inspectora Regional das Pescas nesta área de intervenção fulcral para a IRP.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivo Operacional 7 - Manter a presença das equipas inspetivas no Terreno

Como já foi referido, devido aos constrangimentos causados pela pandemia de COVID-19, ao número elevado de ações inspetivas já realizado por este serviço, e à escassez de recursos humanos, comparativamente a outros serviços inspetivos que possuam mais equipas, não é proposto um aumento de missões inspetivas. Todavia, se a Pandemia assim o permitir esse será o objetivo.

Objetivo Operacional 8 - Valorização Profissional

Pretendemos desenvolver, também, maior autonomia relativamente à autoridade nacional de pescas, nomeadamente na pesca de atum-rabilho, Relativamente à mesma matéria, está solicitada a calendarização de formação sobre certificação e comercialização atum-rabilho, a cargo da DGRM, assim como, formações sobre tramitação de processo contraordenacional, sobre medidas de gestão, técnicas e de controlo aplicáveis às pescarias nacionais, sobre eBCDs, Diários de Pesca Eletrónicos, sobre regimes sancionatórios nacionais, sobre o SIFICAP e sobre identificação por análise de ADN.

Está, também, prevista uma formação, a ministrar à GNR, sobre legislação regional da pesca, tamanhos mínimos, instrução processual e contraordenações.

Formações da Agência Europeia do Controlo das Pescas, sobre Western Waters JDP Training for EU Inspectors.

Relativamente a certificados INN, foi solicitada, à DGRM, uma formação sobre os Procedimentos Alfandegários para os Procedimentos da Pesca e Aquicultura.

Importa mencionar que, à data do presente documento, não temos conhecimento do programa de formação do CEFAPA (Centro de Formação da Administração Pública dos Açores), que releva, especialmente, nas áreas de contratação pública e de processos contraordenacionais.

De notar que, presentemente, nenhum membro do corpo inspetivo da IRP está habilitado a aceder autonomamente às zonas de acesso restrito e condicionado dos Aeroportos Nacionais, habilitação que depende de formação ministrada pela Autoridade Nacional de Aviação Civil, tratando-se esta matéria de competência da DGRM, já solicitado.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Anexo I. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2021

IRP - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2021

Versão 0 Data

Departamento: Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Organismo: Inspeção Regional das Pescas

Missão: Programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições, a fiscalização e o controlo da atividade da pesca na Região Autónoma dos Açores

Visão: proteger os recursos da pesca, com vista à promoção de uma gestão integrada e sustentável

Objetivo Estratégico 1: Melhorar o controlo e monitorização da pesca e atividades conexas

Objetivo Estratégico 2: Melhorar e colaborar na implementação das políticas de gestão da Pesca na Região

Objetivo Estratégico 3: Melhorar os Procedimentos de Inspeção

Objetivo Estratégico 4: Otimizar e reforçar os recursos humanos, financeiros e equipamentos, para tornar o serviço mais eficiente e eficaz

Cumprimento dos objetivos operacionais

Taxa de execução final por objetivo e parâmetro (Cumprido = 100%)

Objetivo 1

Objetivo 2

Objetivo 3

Objetivo 4

Objetivo 5

Objetivo 6

Parâmetro Eficácia

Parâmetro Eficiência

Parâmetro Qualidade

Legenda

Supera

Atinge

Não atinge

Sem efeito

Objetivos Estratégico-Operacionais de Eficácia - Ponderação de 30 %

Obj. 1 - Intensificar a fiscalização - Ponderação de 60 %

Indicadores

Fórmula

Meta

Superação

Peso

2021

Realizado

Classificação

Desvio

Ind. 1 - Aumentar o número de embarcações de pesca lúdica fiscalizadas

Número de embarcações de pesca lúdica inspecionadas e registadas no Geo@çores

Ind. 2 - Intensificar a fiscalização da comercialização de pescado

Número de abordagens a operadores de comercio de pescado registadas no Geo@çores

Ind. 3 - Exercer monitorização VMS contínua às embarcações autorizadas a pescar Atum-rabilho

*a)

Ind. 4 - Inspeccionar pelo menos 40% das embarcações autorizadas a pescar Atum-rabilho

*a)

Ind. 5 - Inspeccionar 50% do total de desembarques de Atum-rabilho realizados em portos designados

*a)

Obj. 2 - Assegurar a certificação de entrada de produtos de pesca vindos de países terceiros - Ponderação de 40 %

Indicadores

Fórmula

Meta

Superação

Peso

2021

Realizado

Classificação

Desvio

Ind. 6 - Assegurar a capacidade de certificar a captura dos produtos de pesca provenientes de países terceiros

*a)

Objetivos Estratégico-Operacionais de Eficiência - Ponderação de 30 %

Obj. 3 - Implementação de câmaras de videovigilância - Ponderação de 50%

Indicadores

Fórmula

Meta

Superação

Peso

2020

Realizado

Classificação

Desvio

Ind. 7 - Instalação de câmaras nas ilhas de S. Miguel, Faial e Pico

*a)

Obj. 4 - Fiscalização, em colaboração com entidades SIFICAP - Ponderação de 50%

Indicadores

Fórmula

Meta

Superação

Peso

2021

Realizado

Classificação

Desvio

Ind. 8 - Manter o número de inspeções conjuntas com outras entidades SIFICAP

Número de inspeções conjuntas registadas no Geo@çores



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivos Estratégico-Operacionais de Qualidade - Ponderação de 40 %

Obj. 5 - Melhorar os Procedimentos de Instrução e Decisão de PCOMP - Ponderação de 40 %

Indicadores	Fórmula	2021					
		Meta	Superação	Peso	Realizado	Classificação	Desvio
Ind 9 - Aumento do número de processos de PCOMPM decididos	*a)						
Ind 10 - Reduzir o tempo médio para decisão dos processos de contraordenação	*b)						
Ind 11 - Reformular e simplificar a tramitação contraordenacional	*a)						

Obj. 6 - Reajustamento da Estrutura Orgânica - Ponderação de 20 %

Indicadores	Fórmula	2021					
		Meta	Superação	Peso	Realizado	Classificação	Desvio
Ind 12 - Assegurar a descentralização de competências	*a)						

Obj. 7 - Manter a presença das equipas inspetivas no terreno - Ponderação de 20 %

Indicadores	Fórmula	2021					
		Meta	Superação	Peso	Realizado	Classificação	Desvio
Ind. 13 - Manter o número total de ações inspetivas	Número de inspeções registadas no Geo@çores	1541	> 1541	30%			

Obj. 8 - Valorização Profissional - Ponderação de 20 %

Indicadores	Fórmula	2021					
		Meta	Superação	Peso	Realizado	Classificação	Desvio
Ind. 14 - Ações de formação programadas	*a)						

Legenda:

*a) Tratando-se de objetivos cuja realização não é de fácil mensuração, será indicado apenas se foi não atingido, atingido ou superado.

b) Deverá ser reduzido, em média, para 5 dias, mas nunca mais do que 15 dias.

ANEXO II

INSPEÇÃO REGIONAL DAS PESCAS
Listagem dos projetos cofinanciados no âmbito do MAR 2020

Operação	Aprovado		Pagamentos Liquidados		Pagamentos Submetidos/ controlo		Total		Despesa realizada por	Observações	(8/2)	((8+(9*0,90))/2)
	Investimento	FEAMP	Despesa	FEAMP	Despesa	FEAMP	Despesa	FEAMP				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7=3+5)	(8=4+6)				
MAR-03.01.01 - FEAMP-0011	1 904 289,97 €	1 713 860,97 €	1 759 657,59 €	1 576 264,00 €	106 187,33 €	95 568,60 €	1 865 844,92 €	1 671 832,60 €	0,00 €	Valor referente ao 4.º pedido de pagamento Liquidado. Projeto concluído.	98%	98%
MAR-03.01.01 - FEAMP-0022	81 080,33 €	72 972,30 €	18 128,59 €	16 315,74 €	0,00 €	0,00 €	18 128,59 €	16 315,74 €	31 234,59 €	1º Pedido de pagamento liquidado a 30-04-2020. Uma parte significativa dos investimentos previstos neste projeto estiveram condicionados pela entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Consultada a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e esclarecidas as dúvidas existentes uma parte significativa do investimento previsto vai ser concretizado ainda durante o ano de 2020. No entanto, foi necessário prolongar a execução do projeto para além da data inicialmente prevista (2020.12.31). Data fim do investimento 22.12.2022.	22%	61%
MAR-03.01.01 - FEAMP-0027	69 275,38 €	62 347,84 €	18 378,12 €	16 540,31 €	26 893,83 €	24 204,45 €	45 271,95 €	40 744,76 €	0,00 €	2.º Pedido de pagamento submetido a 10-08-2020. O estado do pedido de pagamento na plataforma do IFAP é "Submetido". A execução do plano de formação dos inspetores de pesca da IRPA sofreu um atraso devido aos constrangimentos decorrentes da pandemia de COVID-19. De entre os constangimentos destaca-se a suspensão de todas as deslocações em serviço de trabalhadores da Administração Regional, para fora do Arquipélago. Foi necessário prolongar a execução do projeto para além da data inicialmente prevista (2020-12-31). Data fim do investimento 22.12.2022.	65%	65%
MAR-03.01.01 - FEAMP-0029	83 722,00 €	80 526,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Termo de aceitação assinado a 16.07.2021	0%	0%
	2 054 645,68 €	1 849 181,11 €	1 796 164,30 €	1 609 120,05 €	133 081,16 €	119 773,04 €	1 929 245,46 €	1 728 893,09 €	31 234,59 €			